



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

4.1.2010

COMUNICAÇÃO AOS MEMBROS

Assunto: Audição do Sr. László ANDOR, Comissário indigitado para o Emprego, os Assuntos Sociais e a Inclusão

Submetem-se à atenção dos Senhores Deputados, em anexo, as respostas apresentadas por escrito que nos foram enviadas pelo Sr. László ANDOR.

O Secretariado

RESPOSTAS DO COMISSÁRIO INDIGITADO

László ANDOR

(Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão)

AO QUESTIONÁRIO DO PARLAMENTO EUROPEU

Competência geral, empenho europeu e independência pessoal

- 1. Quais são os aspectos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para vir a ser Comissário e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas actividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?**

Dediquei toda a minha vida profissional à integração europeia e vejo as funções que me foram confiadas como um elemento crucial para o desenvolvimento de uma agenda europeia, justa e moderna, no domínio laboral e social.

No que diz respeito às minhas qualificações profissionais, penso que a minha formação e experiência como economista, docente em diversas universidades dentro e fora da Europa, consultor junto de vários organismos governamentais e não governamentais e membro do Conselho de Administração do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento, representaram um contributo valioso para o entendimento da multiplicidade de perspectivas que caracterizam as questões mais prementes da sociedade. Essa experiência ensinou-me, igualmente, a encontrar as formas e os meios mais viáveis para conciliar interesses divergentes e, tantas vezes, conflituosos, das partes envolvidas nas questões consideradas, uma vantagem inestimável quando se trabalha numa instituição europeia.

A minha única motivação é servir o interesse geral europeu. Por outras palavras, garantir que as acções da Comissão são orientadas para a satisfação das necessidades comuns e fundamentais dos cidadãos e dos trabalhadores. Aquilo a que assistimos hoje é, sem dúvida, a pior crise económica desde a Grande Depressão e, muito provavelmente, a recuperação do mercado de trabalho será mais lenta do que esperámos, o que terá graves consequências sociais. No sentido de reduzir esse impacto negativo, estou profundamente empenhado em fazer tudo o que estiver ao meu alcance para travar o aumento do desemprego e ajudar os

desempregados a regressar ao trabalho, o que evitará também um agravamento da pobreza e da exclusão. Creio que, em parceria com o Parlamento Europeu, será possível ajudar os Estados-Membros a garantir um maior número de empregos com qualidade, um mercado de trabalho mais forte e mais inclusivo e uma maior coesão social.

Em matéria de independência, tenho plena consciência dos requisitos enunciados nos Tratados, bem como do dever institucional da Comissão de promover o interesse geral da União. Não aceitarei a influência de nenhum governo ou outra entidade, e abster-me-ei do exercício de qualquer acção que possa ser incompatível com as minhas obrigações nos termos dos Tratados (em particular, no artigo 17.º, n.º 3, do Tratado da União Europeia e no artigo 245.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia). Observarei, rigorosamente, a forma e o espírito das referidas regras e as disposições pertinentes do Código de Conduta dos Comissários. Com o objectivo de garantir que nenhuma das minhas actividades passadas, actuais ou futuras possa suscitar qualquer dúvida para o exercício das minhas funções na Comissão, completei e divulgarei a Declaração de Interesses prevista no Código de Conduta dos Comissários. Esta declaração será actualizada com regularidade, caso se verifique uma alteração das condições actuais. O facto de representar no BERD quatro países – a Hungria, a República Checa, a Eslováquia e a Croácia –, constitui prova adicional da minha independência.

Sem deixar de dar pleno cumprimento dos requisitos legais supracitados, pretendo recorrer amplamente à realização de consultas no meu trabalho, a fim de garantir que todas as partes interessadas e, em especial, as partes mais directamente afectadas pelas decisões da Comissão, possam participar na sua preparação. Ao proceder desta forma, garantirei a completa satisfação do interesse geral europeu nas decisões em que seja chamado a participar.

Gestão do pelouro e cooperação com o Parlamento Europeu e as suas comissões

2. De que modo avaliaria o seu papel, enquanto membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigado a prestar contas, perante o Parlamento, por acções suas ou dos seus serviços?

Dos cinco grandes desafios que a Europa enfrenta hoje, nos termos em que foram identificados pelo Presidente da Comissão nas suas orientações políticas para a próxima Comissão, a luta contra o desemprego e o reforço da coesão social são considerados particularmente prioritários. Concordo inteiramente com esta análise. De facto, perante a importância crescente da globalização, a relação cada vez mais evidente entre as políticas económicas e sociais, tanto a nível europeu como nacional, assim como o fracasso dos mercados financeiros, que esteve na origem da crise económica mundial e da avalanche de perdas de postos de trabalho e deterioração das condições sociais, a Comissão tem de explorar ao máximo o seu potencial no domínio do emprego, dos assuntos sociais e da inclusão. Assim, acredito que poderei contribuir de forma determinante para o desenvolvimento de uma agenda laboral e social moderna para a Europa, no âmbito da Estratégia UE 2020, que permitirá o desenvolvimento de economias e de mercados de trabalho dinâmicos, sustentáveis e inclusivos. Agirei nesse sentido, enquanto membro integrante e proactivo do Colégio de Comissários, procurando assegurar também a coerência e consistência das políticas da Comissão. Em especial, trabalharei em estreita colaboração com o Vice-Presidente responsável pela Justiça, Direitos Fundamentais e Cidadania, em questões como a não

discriminação e a igualdade entre os géneros, mas também com o Presidente e os outros Comissários, nomeadamente nas questões relativas à migração e integração, aos assuntos económicos ou à educação e formação.

No que se refere ao dever de responsabilidade e obrigação de prestar contas perante o Parlamento, o acordo-quadro que define as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão estabelece, de forma inequívoca, que cada membro da Comissão é responsável politicamente pelas acções do seu domínio de competência e que tal se aplica sem prejuízo do princípio de colegialidade. Além disso, de acordo com o Código de Conduta dos Comissários, estes são responsáveis individualmente perante o Colégio de Comissários, quer pelas suas próprias acções quer pelas acções de todos os serviços da sua competência. Subscrevo inteiramente estes princípios.

Mais concretamente, estou verdadeiramente interessado na promoção e manutenção de um diálogo aberto e frequente com o Parlamento Europeu, as suas comissões e cada um dos membros desta instituição, numa base regular. Este diálogo deverá basear-se na transparência, confiança mútua e colegialidade, para que o Parlamento possa exercer com eficácia o controlo democrático. Velarei pela aplicação efectiva desta abordagem por todos os meus serviços, incluindo o meu próprio Gabinete.

3. Que compromissos específicos está disposto a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação com o Parlamento e as suas comissões, e de seguimento efectivo das posições e solicitações do Parlamento em matéria de iniciativas legislativas, tendo igualmente em conta a entrada em vigor do Tratado de Lisboa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposto a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?

Estou profundamente empenhado numa colaboração estreita com o Parlamento Europeu e compreendo perfeitamente a importância da transparência e a necessidade de manter canais de comunicação abertos. Subscrevo plenamente estes princípios.

Com efeito, a transparência é essencial. Permite aos cidadãos e a outras partes interessadas participarem mais activamente no trabalho das instituições europeias e garante, simultaneamente, um maior nível de eficiência e melhores práticas de governação. Neste contexto, a Comissão adoptou medidas no sentido de melhorar a transparência junto do público em geral, nomeadamente consultando os cidadãos sobre o processo de decisão e divulgando documentos relevantes. Estes esforços devem ser prosseguidos. Além desta política geral de transparência, comprometo-me igualmente a aplicar todas as disposições do acordo-quadro, no sentido de garantir uma maior abertura que permita reforçar a transparência e intensificar o fluxo de informações entre o Parlamento e a Comissão.

Creio que o reforço da cooperação entre as nossas duas instituições é crucial para garantir o funcionamento do sistema institucional europeu de acordo com os interesses dos cidadãos.

Do mesmo modo, estou determinado em estabelecer uma relação de trabalho próxima com a Comissão Parlamentar do Emprego e Assuntos Sociais. Estarei disponível para qualquer solicitação dos membros desta comissão, participarei regularmente nas reuniões deste órgão e garantirei canais apropriados para facilitar a comunicação entre os meus serviços e a referida

comissão.

Além disso, comprometo-me a respeitar plenamente o acordo-quadro, no que se refere à necessidade de garantir a igualdade de tratamento nas relações entre a Comissão, o Conselho e o Parlamento, no âmbito do processo legislativo ordinário. Em particular, considero que uma das características essenciais da cooperação entre as diferentes instituições europeias reside na importância de um intercâmbio de informações e um diálogo constantes. Sem ele, não será possível realizar o nosso objectivo comum de promover o interesse geral europeu através de uma cooperação eficiente. E tal aplica-se, sem prejuízo das disposições específicas do Tratado sobre o papel dos parceiros sociais europeus no processo legislativo no domínio do emprego e dos assuntos sociais.

Finalmente, procurarei manter o Parlamento Europeu plenamente informado sobre as iniciativas que tenciono promover nos próximos anos. Nomeadamente, aguardo com especial interesse a vossa opinião sobre a consulta que a Comissão pretende lançar em 2010 acerca do futuro das pensões. O mesmo sucede com a opinião do Parlamento Europeu sobre a parte relativa ao emprego nas orientações integradas que constituirão a espinha dorsal da próxima estratégia europeia para o emprego no âmbito da futura Estratégia UE 2020. De um modo mais geral, desejo apresentar regularmente, por exemplo, de dois em dois meses, aos membros da Comissão do Emprego e Assuntos Sociais, a evolução dos dossiês relativos a questões de maior actualidade. Esta prática ajudará a estabelecer um diálogo regular entre a Comissão e o Parlamento sobre as questões relativas ao emprego e assuntos sociais.

Perguntas relativas às políticas

4. Quais são as três prioridades principais que tenciono fazer avançar enquanto parte do domínio de competências que lhe é proposto, tendo em conta, se tal for pertinente, a crise financeira, económica e social, bem como as preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável?

A minha primeira prioridade será considerar os efeitos da crise no emprego e na situação social na UE. Ou seja, prevenir novas perdas de postos de trabalho e criar emprego. Significa, igualmente, combater a exclusão social e responder às preocupações dos cidadãos mais vulneráveis. Através do Plano de Relançamento da Economia Europeia, a UE conseguiu reagir à crise de uma forma rápida e coordenada. Partindo dessa experiência e, tomando como base a Estratégia UE 2020, trabalharei com os Estados-Membros no sentido de coordenar as suas acções e conjugar os nossos esforços.

Devemos também garantir economias e mercados de trabalho dinâmicos, sustentáveis e inclusivos. A crise representa uma oportunidade para desenvolver uma economia competitiva e sustentável, que consiga responder com eficiência aos desafios ambientais e sociais. É importante explorar novas fontes de crescimento, como a economia «verde», os cuidados de saúde e os serviços sociais. Inspirado nestas possibilidades, procurarei prosseguir a aplicação da agenda no domínio da «flexigurança» e promover a formação e aprendizagem ao longo da vida, enquanto percurso de reforma para a modernização dos mercados de trabalho. Além disso, apoiarei os esforços de recuperação dos Estados-Membros, aplicando plenamente o Fundo Social Europeu e o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização. Em breve, teremos também o novo mecanismo de micro-financiamento. Estou determinado a trabalhar, em todas

as minhas iniciativas e acções, com uma participação total do Parlamento Europeu.

Outra área prioritária será a promoção de políticas que permitam apoiar os grupos mais vulneráveis e combater as principais causas da pobreza e da exclusão social, incluindo questões como a pobreza infantil, as diferentes formas de discriminação ou a evolução alarmante da situação de muitas populações ciganas. Em parceria com os Estados-Membros, o Parlamento Europeu e outras partes interessadas, velarei pela aplicação rigorosa e o desenvolvimento dos princípios comuns a favor de uma inclusão activa. O ano de 2010 será o Ano Europeu da Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social e, nessa medida, representa uma oportunidade importante de sensibilização dos cidadãos para estas questões.

Na sequência da crise, os sistemas nacionais de segurança social ajudaram a estabilizar a economia e a apoiar as pessoas mais vulneráveis. Para responder aos desafios que se colocam a estes sistemas, darei prioridade à questão do envelhecimento da sociedade e, mais especificamente, ao número crescente de pensionistas e consequente aumento das despesas com a saúde, e continuarei a trabalhar com os Estados-Membros, o Parlamento Europeu e os parceiros sociais tendo em vista uma maior adequação e sustentabilidade dos sistemas de protecção social. Tal implicará, nomeadamente, encorajar as pessoas a permanecerem activas mais tempo e garantir que dispõem dos recursos necessários para envelhecer com dignidade.

Atribuirei uma atenção muito especial à correcta aplicação do acervo comunitário na área social. Isto significa que acompanharei atentamente a transposição e aplicação das directivas actualmente em vigor, darei apoio e assistência aos Estados-Membros para assegurar a aplicação correcta destas disposições e adoptarei as medidas legais necessárias contra os Estados-Membros infractores. Finalmente, para cada nova iniciativa, e no âmbito da abordagem integrada da Comissão em matéria de avaliação de impacto, garantirei a realização de avaliações detalhadas do impacto social, que sejam completas, fiáveis e factuais.

5. Quais são as iniciativas legislativas e não legislativas específicas que tenciona apresentar, e de acordo com que calendário? Que compromissos específicos pode assumir, nomeadamente no que diz respeito às prioridades e solicitações das comissões, apresentadas em anexo, que poderão vir a ser do seu domínio de competências? De que modo garantiria, a título pessoal, a boa qualidade das propostas legislativas?

O desafio mais premente para a Europa nos próximos anos será combater os fortes níveis de desemprego e, sobretudo, o desemprego de longa duração. Espera-se que o desemprego ultrapasse a barreira dos 10% em 2010 e uma recuperação para os valores de 2008 exigirá uma reformulação da Estratégia Europeia para o Emprego, no contexto de uma crise económica sem precedentes. Procurarei conjugar os meus esforços nesse sentido. Pretendo dar um contributo significativo para a aplicação da Estratégia UE 2020, o que implicará um intenso diálogo social a nível da UE. Este trabalho não será fácil: o desafio é conseguir uma combinação adequada de políticas, o que implica concessões políticas em vários planos. Não precisamos nesta fase de uma lista detalhada de medidas, mas de uma perspectiva comum e de consenso sobre os passos que é necessário dar.

Se interpretada correctamente, a «flexigurança» poderá ser a chave para o desenvolvimento dos mercados de trabalho. Este conceito deve, portanto, continuar a ser a pedra angular da

modernização dos mercados de trabalho e sistemas de segurança social europeus, não esquecendo que o nosso objectivo final deve ser a criação de economias competitivas, sustentáveis e inclusivas. Um dos principais elementos desta abordagem deverá ser a definição de uma política de educação e formação baseada nas necessidades do futuro. Serão necessários novos empregos que, por sua vez, exigirão novas competências. Neste contexto, as políticas laborais activas, a aprendizagem ao longo da vida, a formação e o apoio personalizado aos candidatos a emprego assumem uma importância crucial e a reflexão sobre a ideia de criar novas competências para os novos empregos deverá ser o nosso primeiro trabalho conceptual.

Após a realização de uma avaliação de impacto rigorosa e suficientemente ampla, analisarei as diferentes possibilidades de revisão da directiva relativa ao tempo de trabalho e, se necessário, apresentarei uma proposta para adopção em momento oportuno pela Comissão. De acordo com as disposições pertinentes do Tratado, terei primeiro de dar a possibilidade aos parceiros sociais europeus de expressarem as suas opiniões e deixar que decidam sobre a possibilidade de encetar o diálogo social. Respeitando também o compromisso assumido pelo Presidente Barroso, adoptarei as medidas necessárias para melhorar a aplicação da directiva relativa ao destacamento de trabalhadores e, em especial, para clarificar as obrigações das autoridades nacionais, das empresas e dos trabalhadores.

Proporei, igualmente, a adaptações do acervo comunitário no domínio da saúde e segurança no trabalho, de forma a responder aos riscos emergentes, prevenir as doenças músculo-esqueléticas relacionadas com o trabalho e melhorar a protecção dos trabalhadores contra os riscos que decorrem da exposição aos campos electromagnéticos.

Darei início a uma reflexão sobre a criação de um sector de serviços moderno, sistemas eficientes de protecção social e políticas activas para a integração dos imigrantes, em estreita colaboração com o Comissário responsável pelos Assuntos Internos. Esta reflexão poderá conduzir ao lançamento de iniciativas concretas e à análise, em relação com a Estratégia UE 2020, do mercado de trabalho e dos aspectos sociais da imigração. Em conformidade com as orientações políticas do Presidente Barroso, apresentarei um Livro Verde sobre o desenvolvimento de um quadro europeu para regimes de pensões adequados e sustentáveis e uma reflexão sobre os serviços públicos e sociais, reconhecendo desta forma a sua importância para o modelo social europeu. A este respeito, e em colaboração com o Comissário responsável pela Agenda Digital, proporei igualmente um debate sobre a evolução dos locais de trabalho e as suas implicações.

É ainda minha intenção, em estreita colaboração com o Vice-Presidente responsável pela Justiça, Direitos Fundamentais e Cidadania, contribuir para a promoção dos direitos fundamentais, atendendo em especial às disposições da Carta dos Direitos Fundamentais.

Finalmente, e partindo do princípio de que precisamos de ferramentas e recursos para podermos realizar as nossas ambições, adoptarei as medidas necessárias para que a nova geração de instrumentos financeiros possa responder de forma eficaz aos desafios que enfrentamos a médio e a mais longo prazo.